

Reajuste das escolas é de 206%

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Ministério da Fazenda divulgou ontem, através do Diário Oficial, portaria complementando uma outra, a de número 398 do Ministério da Educação, que congelou a segunda semestralidade com base na mensalidade de junho. Por esta nova portaria, as escolas particulares poderão reajustar as mensalidades de julho e agosto em 206%, em relação à segunda semestralidade do ano passado, índice menor que a inflação de dezembro de 1986 a junho de 1987, que foi de 249%.

De acordo com a portaria, fica a critério das escolas optar por dois cálculos para definir a mensalidade de junho, base do congelamento dos dois meses seguintes: dividir por seis a segunda semestralidade do ano passado, multiplicando este resultado pelo coeficiente 3,06, ou dividir por seis o valor da primeira semestralidade de 1987 e multiplicar este resultado por 1,4. Estes coeficientes — 3,06 e 1,4 — encontrados pelos técnicos do Ministério da Fazenda, levam em conta a composição dos custos das escolas, como gastos com pessoal e outras despesas.

A partir de setembro, quando começa a fase de liberação dos preços prevista no Plano Bresser, a portaria determina que o valor "remanescente da semestralidade" será reajustado com base na variação da Unidade de Referência de Preços (URP), observando os critérios de reajuste fixados no Decreto nº 2.335. Neste mesmo artigo, a portaria facilita aos Conselhos Estaduais de Educação autorizar reajustes extraordinários em percentuais diferentes dos da variação da URP, "levando em conta o equilíbrio econômico-financeiro do estabelecimento de ensino".

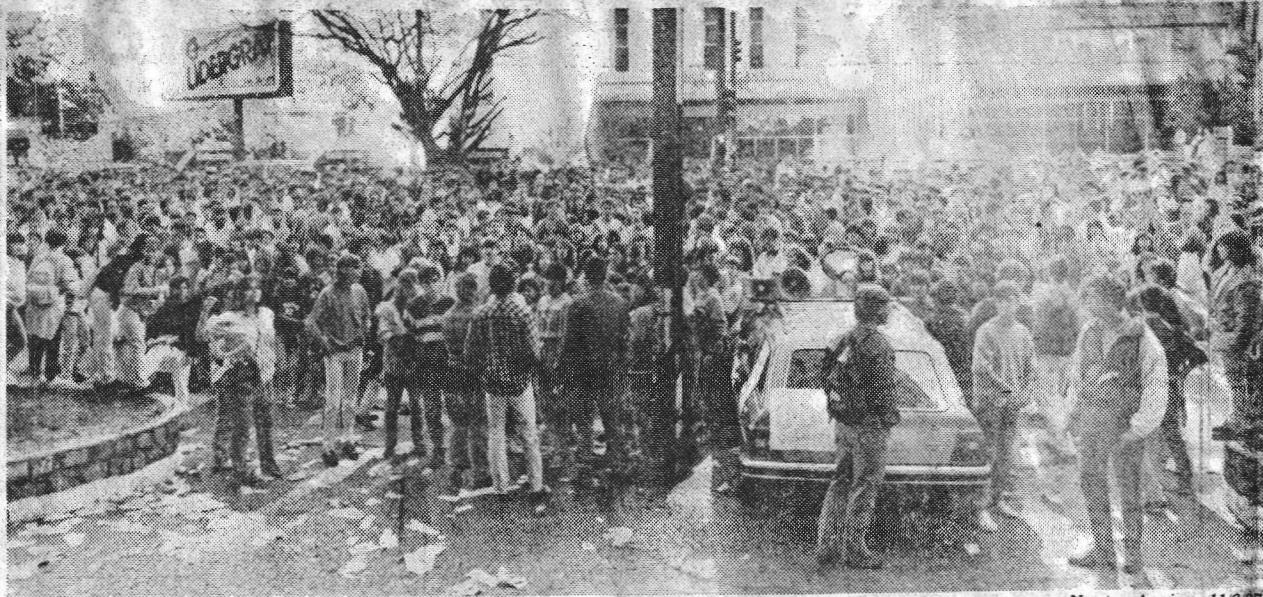
Para a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenem), que congrega 35 mil escolas, a portaria assinada ontem pelo ministro Bresser Pereira ainda não resolve de vez a semestralidade escolar, já que não considerou a inflação registrada no período, que foi de 249%. O diretor-superintendente da Fenem, Basile Demetri, afirmou, contudo, que pela primeira vez, é adotado um critério técnico de natureza econômica e não de "caráter político demagógico".

ESCOLAS PAULISTAS

Uma comitiva de diretores de escolas particulares paulistas foi recebida ontem pelo chefe de gabinete do Ministério da Educação, Oswaldo Della Giustina, na tentativa de abrir um diálogo com o MEC visando a diminuir a crise que a escola particular está vivendo hoje, segundo afirmou o Padre Leandro Rossa, da Associação Nacional das Escolas Cristãs.

A principal queixa dos diretores das escolas é de que há 18 meses eles deixaram de se dedicar ao ensino em si mesmo para discutir índices de aumentos e lucros das escolas, depois que começaram a ter dificuldades financeiras com o advento do Plano Cruzado. Para o diretor do Colégio Bandeirantes, Mauro Salles Aguiar, a confiabilidade que sempre existiu entre os pais em relação às escolas participantes está sendo destruída "por medidas populistas que fixaram índices insuficientes de aumento para estes estabelecimentos".

Os diretores comentaram a portaria do Ministério da Fazenda baixada ontem, afirmando que o aumento da ordem de 206% "é apertado, mas vai dar para sobreviver". Elizabeth Zocchio, diretora da Escola Pueri Domus, que tem 6 mil alunos, manifestou-se, entretanto, preocupada com a falta de uma resolução para a cobrança de aumentos ainda do primeiro semestre deste ano. Todas as escolas paulistas estão atreladas a uma liminar concedida no dia 3 de julho pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, que fixou em 116% o índice de aumento a ser repassado à primeira semestralidade deste ano. A liminar, provocada pela Secretaria de Defesa do Consumidor de São Paulo, vai tornar inviável a abertura das escolas particulares no segundo semestre — segundo afirmou Mauro Salles Aguiar do Colégio Bandeirantes.



Os aumentos já provocaram diversos protestos de estudantes

Newton Aguiar - 11/6/87